

# Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012

## Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

### RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, submete para apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas, legislação que rege a administração das empresas de economia mista.

#### PERFIL DA EMPRESA

A DESO é movida pelo desafio de garantir o bem comum da população por meio da operação do saneamento básico. Trata-se de uma empresa de economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água, esgotos e obras de saneamento. O maior acionista da Companhia é o Governo do Estado de Sergipe, que detém 99% do total de ações.

Com a concessão do serviço de abastecimento de água em 71 das 75 sedes municipais de Sergipe, a DESO atua em cada uma delas e em mais 563 povoados no apoio ao desenvolvimento humano dos clientes residenciais, comerciais, industriais e do setor público. Ao todo, 87,8% da população do Estado é atendida.

Hoje são 6.463 quilômetros de extensão de rede de Adutoras e de Distribuição que permitem a existência de 609.362 Economias de Água (domicílios/estabelecimentos). O acréscimo de novas economias foi de 25.055 em comparação ao ano de 2011.

A evolução dos indicadores também é percebida no aumento da produção do volume de água potável que passou de 179.469.485 m³ em 2011 para 185.013.516 m³ no exercício de 2012, representando uma variação de 3,10%. E os índices continuam avançando graças aos investimentos feitos no setor.

#### BALANÇO DE OBRAS

Para assegurar o abastecimento de água e garantir a reestruturação da rede sanitária em Sergipe, a DESO conta com investimentos estruturantes oriundos de parcerias com os Governos Federal e Estadual. Foram R\$ 66.862.793,61 investidos em 2012.

Entre as ações prioritárias está a execução da ampliação da Adutora do São Francisco e a duplicação da capacidade de reserva de água para a Grande Aracaju. O projeto atingiu 79,2% de execução com a implantação dos dois novos conjuntos de motobombas para captação de água e automação do Sistema. Também estão sendo executados os serviços de reforma e ampliação das Estações de Tratamento de Água (ETAs) João Ednaldo e Oviêdo Teixeira.

Outro projeto priorizado é o de Esgotamento Sanitário em Aracaju que está ampliando o índice de atendimento de 35% para 80%. Estão sendo implantados 163,3 quilômetros de rede de esgoto nos bairros Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia, Grageru, Jardins, Ponto Novo, São Conrado. A importância do investimento ganha força com a reforma de duas Estações de Tratamento de Esgoto, denominadas de Estação de Recuperação de Qualidade Sul (ERQ Sul) e a ERQ Oeste.

Fora da capital, em 2012, a DESO concluiu os serviços de implantação de esgoto na Barra dos Coqueiros e em Propriá, elevando a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente nas áreas atendidas.

#### INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

Como parte dos parâmetros de Gestão Empresarial, a DESO consolidou em 2012 o objetivo primário de empregar mais agilidade ao desempenho de atividades técnicas, operacionais, comerciais e administrativas. Assim será possível aperfeiçoar cada vez mais o padrão de atendimento dedicado ao cliente.

Para atingir tal finalidade, a Companhia implantou o novo Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento (GSAN), adquiriu um Sistema de Gestão Integrada (ERP Pirâmide) e deu início para a criação de modernos softwares que aperfeiçoarão a qualidade e execução de tarefas, além de diminuir o retrabalho do capital humano.

#### ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A prontidão pela melhoria de abastecimento hídrico e esgotamento no estado é antes de tudo um compromisso com a saúde e a dignidade dos clientes atendidos. A iniciativa de cuidar da sociedade ganha novas proporções com as ações de preservação do meio ambiente. Protegendo as matas que margeiam os mananciais e colocando em prática as atividades de educação ambiental com as comunidades, a Deso ajuda a conservar o futuro das gerações.

Como resultado de trabalhos com base na preocupação socioambiental, a Companhia recebeu em 2012, em São Paulo, o Prêmio Nacional Chico Mendes pelo programa "Educação Ambiental para Uso Racional da Água e Preservação do Meio Ambiente". De 200 organizações inscritas em todo o País para concorrer à certificação, apenas 50 tiveram a atuação aprovada. Nesse mesmo ano, mais de 12.300 pessoas foram orientadas, através de ações educativas da DESO, sobre a importância de cuidar do meio ambiente.

O compromisso com a preservação também perpassa por resguardar a memória de áreas históricas que sofrem alguma intervenção. No espaço de inundação da barragem do Poxim, que entrará em operação em 2013, a DESO fez a devida prospecção arqueológica, atendendo às exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trabalho semelhante foi desenvolvido na cidade de São Cristóvão, local que recebe obras de implantação de rede de esgoto.

Antônio Sérgio Ferrari Vargas

Diretor Presidente

 Haroldo Anderson Deda Filho  
 Diretor de Gestão Corporativa

 Carlos Fernandes de Melo Neto  
 Diretor de Meio Ambiente e Engenharia

 Sílvio Múcio Farias  
 Diretor de Operações

 Amito Brito Filho  
 Diretor Comercial Financeiro

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

#### ATIVO

	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE</b>	<b>93.535.472</b>	<b>61.972.293</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.199.091	6.418.930
Caixa e bancos	2.226.904	1.368.759
Aplicações de liquidez imediata	8.972.187	5.050.171
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS</b>	<b>82.336.381</b>	<b>55.553.363</b>
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	77.209.202	50.957.107
Estoques (Nota 3)	2.005.598	1.872.447
Outras créditos	3.121.581	2.723.809
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>1.111.599.999</b>	<b>1.076.744.861</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.740.964	4.979.969
Depósitos judiciais (Nota 3)	9.740.964	4.979.969
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.101.859.035	1.071.764.892
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.205.135.471</b>	<b>1.138.717.154</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

#### PASSIVO

	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE</b>	<b>89.857.968</b>	<b>80.030.721</b>
Fornecedores	31.898.283	32.961.603
Retenções contratuais	1.041.556	997.809
Provisão de férias e gratificação	6.575.948	4.703.777
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	3.841.201	3.075.861
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	7.297.088	6.359.100
Empréstimos e financiamentos (6)	22.917.372	18.931.159
Parcelamentos (Nota 7)	15.616.965	11.774.540
Consignações a recolher	556.621	513.574
Salários e ordenados a pagar	600.362	600.362
Outros débitos	112.934	112.934
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>150.072.557</b>	<b>142.408.335</b>
Parcelamentos (Nota 7)	76.763.315	78.011.699
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	29.908.483	32.085.004
Provisão Para Contingências (nota 8)	14.313.659	7.645.653
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.087.100	24.665.979
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>965.204.946</b>	<b>916.278.098</b>
Capital realizado (Nota 11)	671.551.818	671.551.818
Subscrito	671.551.818	671.551.818
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro	468.559.236	407.074.653
Aumento de Capital (Nota 10)	195.018.491	182.460.756
Prejuízos Acumulados (Nota 12)	(195.018.491)	(182.460.756)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.205.135.471</b>	<b>1.138.717.154</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1)	
	01/JAN/12	01/JAN/11
	A	A
	31/DEZ/12	31/DEZ/11
	Reclassificado	
<b>Receita Operacional Líquida (Nota 13)</b>	<b>323.953.788</b>	<b>276.649.956</b>
<b>Custo dos Serviços (Nota 14)</b>	<b>(206.683.871)</b>	<b>(175.121.367)</b>
Lucro Bruto	117.269.917	101.528.589
Despesas Operacionais	(115.104.592)	(97.217.378)
Comerciais (Nota 15)	(29.231.723)	(29.199.634)
Administrativas (Nota 15)	(67.952.448)	(61.462.931)
Despesas fiscais e tributárias	(10.992.292)	(3.451.016)
Outras Receitas(despesas operacionais)	(260.123)	(817.570)
Contingências Cíveis e Trabalhistas	(6.668.006)	(2.286.227)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	2.165.325	4.311.211
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(13.539.678)</b>	<b>(21.135.661)</b>
Receitas	504.743	473.192
Juros e encargos financeiros	(12.313.284)	(16.783.748)
Variações Monetárias	(1.731.137)	(4.825.105)
<b>Lucro(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições</b>	<b>(11.374.353)</b>	<b>(16.824.450)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.183.382)	(953.333)
<b>Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(12.557.735)</b>	<b>(17.777.783)</b>
<b>Prejuízo por Ação do capital social</b>	<b>(1,70)</b>	<b>(2,30)</b>
(por lote de 1.000 ações)		
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>7.736.772.099</b>	<b>7.736.772.099</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras)

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R\$(1)	
	PERÍODO DE	PERÍODO DE
	A	A
	31/DEZ/12	31/DEZ/11
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>Reclassificado</b>	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(12.557.735)</b>	<b>(17.777.783)</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido		
Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:	68.084.853	54.345.294
Depreciação e amortização	33.895.913	29.219.698
(Ganho) Perda na baixa do ativo imobilizado	(266.355)	(414.287)
Provisão p/perdas na realização de créditos	13.742.587	4.674.497
Provisão p/contingências	6.668.006	2.286.227
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	12.313.565	13.754.054
Variação monetária sobre financiamentos	1.731.137	4.825.105
Total	55.527.118	36.567.511
<b>Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:</b>		
Clientes	(39.994.682)	(12.268.955)
Estoques	(133.151)	251.818
Outros créditos	(397.771)	1.406.506
Outras contas ativas de longo prazo	(4.760.995)	(2.019.088)
Fornecedores	(1.063.320)	5.929.456
Retenções contratuais	43.745	796
Contas a pagar	765.340	344
Impostos, taxas e contribuições diversas	937.989	(3.875.391)
Consignações a recolher	43.044	24.263
Provisão p/ Férias e Gratificação	1.872.170	(1.221.594)
Salários e ordenados a pagar	(600.362)	600.362
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	(43.287.993)	(11.171.483)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>12.239.125</b>	<b>25.396.028</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(63.861.800)	(89.721.727)
Recebido por venda de ativo imobilizado	138.100	297.766
<b>CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(63.723.700)</b>	<b>(89.423.961)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	61.484.583	84.836.914
Reservas de Lucros		(13.827.318)
Parcelamento de Dívidas Tributárias	8.883.219	16.748.633
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	(12.816.941)	(11.333.916)
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	72.867.284	67.787.615
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	(78.574.530)	(82.023.569)
Recursos Vinculados a Convênios	4.421.121	4.358.155
<b>CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>56.264.736</b>	<b>66.546.514</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES</b>	<b>4.780.161</b>	<b>2.518.581</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>6.418.930</b>	<b>3.900.349</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>11.199.091</b>	<b>6.418.930</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/JAN /2012 A 31/12/2012)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCRO			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESPECIAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDOS EM 31/DEZ./10		671.551.818	0	0	0	0	(150.855.651)	322.237.738	863.046.288
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	-	-	-	84.836.915	84.836.915
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	-	-	-	(13.827.322)	-	(13.827.322)
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	-	-	-	(17.777.783)	-	(17.777.783)
SALDOS EM 31/DEZ/11		671.551.818	20.112.383	0	0	0	(182.460.756)	407.074.653	916.278.098
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	-	-	-	61.484.583	61.484.583
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	-	-	-	(12.557.735)	-	(12.557.735)
SALDOS EM 31/DEZ/12		671.551.818	20.112.383	0	0	0	(195.018.491)	468.559.236	965.204.946

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

 Antônio Sérgio Ferrari Vargas  
 Diretor Presidente

 Haroldo Anderson Deda Filho  
 Dir. De Gestão Corporativa

 Carlos F. De Melo Neto  
 Dir. De Meio Ambiente e Eng.

 Sílvio Múcio Farias  
 Diretor de Operações

 Amito Brito Filho  
 Dir. Comercial Financeiro

 Gilson Ribeiro de Jesus  
 Contador CRC\SE 1923

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Aracaju - SE

[Valores Expressos em R\$(1)]

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe: - realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;

- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos; - estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral; cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 10 (dez) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 86% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2012, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

## NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./12 e 31/dez./11 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido).

## NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

### APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

### ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

### INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

### CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Particulares	142.002.750	132.209.285
Público	73.768.883	57.391.486
Contas a Faturar	15.835.182	2.011.362
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(154.397.613)	(140.655.026)
<b>Contas a Receber, líquido</b>	<b>77.209.202</b>	<b>50.957.107</b>

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2012 com base nos seguintes critérios.

1) Foi efetuada a baixa por Perdas de Crédito de clientes os títulos vencidos há mais de 180 dias até a base de 31/12/2012, para as contas de usuários com valor até o limite de R\$ 5.000,00, referentes as categorias residencial, industrial, comercial e governos, exceto o governo Estadual, totalizando o montante líquido de R\$ 12.030.513

2) Foi constituída Provisão Para Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), apurada com base nos saldos de contas vencidas há mais de 180 dias de valor superior a R\$ 5.000,00 até R\$ 30.000,00 e para os demais créditos vencidos há mais de 360 dias de valor superior a R\$ 30.000,00, incluindo todas as categorias de consumidores inclusive os créditos de governo, os quais totalizaram os valores líquidos de R\$ 1.712.074

### ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2012	2011
Almoxarifado Central	2.005.598	1.872.447
<b>TOTAL</b>	<b>2.005.598</b>	<b>1.872.447</b>

### DEPOSITOS JUDICIAIS

Representam depósitos judiciais referentes a processos trabalhistas e Cíveis

### d)IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./12

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	925.779.613	233.972.496	691.807.117
Sistema de Esgoto	220.019.307	45.277.825	174.741.482
Bens de Uso Geral	77.887.620	45.502.188	32.385.432
Subtotal em Operação	1.223.686.540	324.752.509	898.934.031
Obras em Andamento	202.925.004	0	202.925.004
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.426.611.544</b>	<b>324.752.509</b>	<b>1.101.859.035</b>

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./11

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	766.726.360	208.842.544	557.883.816
Sistema de Esgoto	174.238.849	41.106.911	133.131.938
Bens de Uso Geral	75.204.108	41.496.324	33.707.784
Subtotal em Operação	1.016.169.317	291.445.779	724.723.538
Obras em Andamento	347.041.354	0	347.041.354
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.363.210.671</b>	<b>291.445.779</b>	<b>1.071.764.892</b>

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIÇÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

### e) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

### g)PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./12. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

### f) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

## NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2012	2011
Cercos	8.582	5.671
Coelba	64.420	25.879
Energisa	3.563.459	2.896.443
Sulgipe	204.740	147.868
<b>TOTAL</b>	<b>3.841.201</b>	<b>3.075.861</b>

## NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Cofins	1.450.008	1.462.052
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.055.477	1.000.625
FGTS	594.231	513.528
INSS	2.314.012	2.203.252
PIS PASEP	314.236	317.477
Outros	1.569.124	862.166
<b>TOTAL</b>	<b>7.297.088</b>	<b>6.359.100</b>

## NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000004	7.400.377	12.155.179	19.555.556	ago/2016	5,25	CDI
Bic Banco ct 11251280	3.535.990		3.535.990	dez/2013	11,35	CDI
Bic Banco ct 9869086	407.676		407.676	Jan/2013	4,91	CDI
Bic Banco ct 10729039	329.883		329.883	Fev/2013	8,08	CDI
Bic Banco ct 0011065398	2.076.110	1.446.159	3.522.269	out/2014	10,03	CDI
Bic Banco ct 11986892	4.654.877	10.453.535	15.108.412	out/2016	6,17	CDI
Bic Banco Conta Garantida	2.100.000		2.100.000	dez/2013	10,03	CDI
Instituto Assistencial da DESO	2.412.459	5.853.610	8.266.069	fev/2017	5,80	CDI
<b>TOTAIS</b>	<b>22.917.372</b>	<b>29.908.483</b>	<b>52.825.855</b>	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 4,91 % a 11,35% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para FEVEREIRO de 2017.

## NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Receita Federal Lei 11.941	7.673.703	59.278.439	66.952.142	Out/2024
INSS Parcelamento proc. 365585831	3.617.884	6.103.806	9.721.690	Nov/2015
RFB P. Ordinário Proc. 10510720264-67	2.301.436	4.801.068	7.102.504	Mar/2016
RFB Cofins Proc. 51612000082-05	1.678.913	5.458.283	7.137.196	Abr/2017
RFB Pasep Proc. 51712000192-20	345.029	1.121.719	1.466.748	Abr/2017
<b>TOTAIS</b>	<b>15.616.965</b>	<b>76.763.315</b>	<b>92.380.280</b>	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo estabelecido através da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de novembro de 2008, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela T.JLP e mensalmente com base na SELIC.

## NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./12	PROVISÃO EM 31/DEZ./12	PROVISÃO EM 31/DEZ./11
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	3.371.749	3.371.749	3.354.200
Possível	4.507.894	-	
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	10.941.910	10.941.910	4.291.453
Possível	117.876	-	
<b>TOTAIS</b>	<b>18.939.429</b>	<b>14.313.659</b>	<b>7.645.653</b>

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração, nem indicação relacionada com os impostos federais.

## NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2012	2011
Prefeitura de Aracaju	16.887.992	12.466.871
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
<b>TOTAL</b>	<b>29.087.100</b>	<b>24.665.979</b>

Neste exercício foi recebido R\$ 4.421.121 para ser aplicado em diversas obras de construção em infra-estrutura, mediante assinatura de convênios específicos firmados com os órgãos acima especificados.

## NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 61.484.583 a título de créditos para aumento de capital, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, e destinados para futura integralização do capital social em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

## NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./12, o capital social integralizado era de R\$ 671.551.818, composto por 7.736.772.099 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 5.974.000.127 de ações ordinárias e 1.762.771.962 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	5.973.999.664	1.737.662.695	7.711.662.359	669.372.293
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
<b>TOTAIS</b>	<b>5.974.000.127</b>	<b>1.762.771.972</b>	<b>7.736.772.099</b>	<b>671.551.818</b>

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2012 e 2011.

## NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para suplementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jórias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

#### Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2012 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 824.752 (R\$ 403.434 em 2011), sendo o valor de R\$ 659.801 (R\$ 363.091 em 2011) destinados aos fundos e R\$ 164.951 (R\$ 40.434 em 2011) para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./12 o Instituto Assistencial da DESO - DESUS possuía um efetivo de 566 associados (580 em 2011).

#### NOTA 13 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Receitas de Água	284.542.952	251.063.067
Receitas de Esgoto	40.832.928	37.841.731
Receitas de Outros serviços	16.359.980	15.400.334
Receitas a Faturar	13.823.821	246.348
<b>Total das Receitas Operacionais</b>	<b>355.559.681</b>	<b>304.551.480</b>
<b>Deduções das Receitas Operacionais</b>		
COFINS	(25.964.557)	(22.924.496)
PIS/PASEP	(5.641.336)	(4.977.028)
<b>Total das deduções</b>	<b>(31.605.893)</b>	<b>(27.901.524)</b>
<b>Total da Receita Operacional Líquida</b>	<b>323.953.788</b>	<b>276.649.956</b>

#### NOTA 14 - CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Pessoal	(87.759.143)	(62.612.525)
Material	(18.577.763)	(13.025.898)
Serviços de Terceiros	(66.919.510)	(63.761.459)
Depreciação	(31.675.891)	(25.945.536)
Outros custos	(1.751.564)	(9.775.949)
<b>Total dos Custos dos Serviços</b>	<b>(206.683.871)</b>	<b>(175.121.367)</b>

#### NOTA 15 - DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>Despesas Comerciais</b>		
Pessoal	(8.544.811)	(13.170.693)
Material	(81.644)	(930.419)
Serviços e Terceiros	(5.995.301)	(3.532.127)
Perdas de Crédito	(13.742.588)	(4.674.497)
Outras despesas comerciais	(867.378)	(6.891.898)
<b>Total das Despesas Comerciais</b>	<b>(29.231.722)</b>	<b>(29.199.634)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>		
Pessoal	(37.316.985)	(46.443.798)
Material	(6.944.290)	(4.652.110)
Serviços e Terceiros	(22.685.812)	(22.430.351)
Depreciação	(1.159.522)	(3.274.162)
Valores Transferidos para Custos	154.161	15.337.490
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>(67.952.448)</b>	<b>(61.462.931)</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Recife, 01 de março de 2013.

Ilmos. Srs.  
Diretores e Acionistas da  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO  
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

1) Os exames efetuados nos controles internos da companhia para os saldos de Contas a Receber de Usuários, Ativo Imobilizado (técnico e projetos de obras em andamento) e Depósitos Judiciais, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas no resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas.

2) Conforme descrito na nota explicativa "3d", a companhia não realizou os testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para os reconhecimentos de perdas decorrentes da aplicação desse procedimento. Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC T 19.1 - Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes de utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2012 e 2011.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam advir dos assuntos descritos nos parágrafos de "1" a "2" de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, em 31 de dezembro de 2012, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

1) Conforme mencionado na nota explicativa "1", a companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que 10 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº

1.261/09 alterada pela nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 - Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2012 e 2011.

2) Conforme mencionado na nota explicativa "8" de Provisão para Contingências, a companhia é parte passiva em diversos processos de ações cíveis e trabalhista, adotando como critério reconhecer a provisão integral sobre os valores estimados como de perdas prováveis. Na opinião dos consultores jurídicos o montante provisionado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos. Da mesma forma, apesar de mencionado que não existe auto de infração indicando passivos tributários contra a companhia, as declarações de rendimentos e as contribuições sociais estão sujeitas a eventual lançamento adicional dos tributos por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 07 de março de 2012, o qual conteve modificações quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "1" e "2" de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis e quanto à falta de acompanhamento do inventário físico dos estoques e ênfase quanto à posição dos contratos de concessão mantidos entre o Estado de Sergipe e os Municípios e sua contabilização em desacordo com a Resolução nº 1.261/09 do Conselho Federal de Contabilidade.



AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC/RS 3.688/O-2 S-SE  
ROBERTO CALDAS BIANCHESSI  
CONTADOR CRC/RS 040078/O-7 S-SE

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - HLB Audilink Auditores & Consultores, com data de 01 de março de 2013, com ressalva,

elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Exceto pela ressalva e parágrafo de ênfase apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria Independente HLB Audilink

Auditores & Consultores, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.  
Aracaju (Se), 15 de março de 2013.

José Anderson Santos de Jesus  
Jairo Henrique Cordeiro de Menezes  
Gustavo Alves Tillmann